

A ATIVIDADE INTELECTUAL NO MOVIMENTO FRANCISCANO DURANTE O SÉCULO XIII: UMA ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES DE NARBONA

INTELLECTUAL ACTIVITY IN THE FRANCISCAN MOVEMENT DURING THE XIII CENTURY: AN ANALYSIS OF THE NARBON CONSTITUTIONS

Victor Mariano Camacho¹
PPGHC/UFRJ

Resumo: Este trabalho objetiva discutir o paulatino desenvolvimento da atividade intelectual e do estudo teológico no âmbito da Ordem dos Frades Menores no decorrer do século XIII. Para isso, à luz da historiografia já produzida sobre o tema, analisarei as Constituições de Narbona, um conjunto de normativas aprovadas no Capítulo Geral de 1261, momento em que Frei Boaventura de Bagnorégio exercia a função de ministro geral. O texto, dentre outros aspectos da vida franciscana, ditava algumas diretrizes no que se refere ao estudo conventual e também universitário entre os minoritas. Pretendo discutir as principais mudanças previstas pela instituição em relação a atividade acadêmica dos religiosos a partir do documento em questão.

Palavras-chave: Frades Menores – educação – normatização.

Abstract: This work aims to discuss the gradual development of intellectual activity and theological study within the framework of the Order of Friars Minor during the thirteenth century. In order to do this, in the light of the historiography already produced about the subject, I will analyze the Constitutions of Narbonne, a set of regulations approved at the General Chapter of 1261, at which time Bonaventure of Bagnoregio served as general minister. The text, among other aspects of the Franciscan life, dictated some guidelines regarding the conventual study and also university among minoritas. I intend to discuss the main changes planned by the institution in relation to the academic activity of religious from the document in question.

Keywords: Friars Minor – education – normalization.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação da Professora Dra. Andreia Cristina Lopes Frazão da Silva e coorientação da Professora Dra. Carolina Coelho Fortes. E-mail: victormcrj@gmail.com.

A Ordem dos Frades Menores surgiu na primeira década do século XIII e se constituía de um grupo formado majoritariamente por leigos, incluindo Francisco de Assis, considerado pela tradição como o fundador. A maioria dos integrantes que formavam a primeira fraternidade na cidade de Assis ou eram camponeses, ou filhos de mercadores, ou mesmo da nobreza local. Alguns receberam letramento elementar voltado para a atividade comercial ou para os ofícios eclesiásticos, ao passo que outros eram iletrados.

A Regra que orientava a vida dos religiosos elaborada por Francisco e aprovada pelo papa Honório III em 1223 tinha por preocupação principal regulamentar alguns aspectos da vida franciscana, como a observância da pobreza, a oração, o ingresso de candidatos e a pregação. Este elemento em especial, diferente da forma de vida dos frades pregadores, inicialmente não previa uma preparação intelectual ou mesmo o estudo teológico.

A instituição, no decorrer dos anos, passou por um processo de “clericalização”². Ou seja, o grupo que, como já destacado, era formado em sua maioria por leigos e que antes se dedicava à mendicância e à pregação simples de caráter penitencial, recebeu diversos candidatos clérigos³ e também sacerdotes, como foi o caso do português Fernando Martins de Bulhões, que ao se tornar frade menor altera seu nome para Antônio.

Neste contexto do século XIII, é essencial destacar a questão da dissidência religiosa, entendida pela Cúria Romana como heresia. Embora as autoridades da Igreja usassem de repressão, o próprio papado entendeu que somente este procedimento não iria garantir a coesão doutrinal e a unidade da “cristandade”

² O termo “clericalização” é utilizado por autores que trabalham com a história do franciscanismo como Lázaro Iriarte, Grado Giovanni Merlo e Teóphile Desbonnets. Ele designa um processo que ocorre dentro da Ordem dos Frades Menores onde cada vez mais, os religiosos clérigos assumem funções de governo e a hegemonia dentro do grupo, estreitando suas relações com a Santa Sé. Por outro lado, os irmãos leigos, frades que eram iletrados ou mesmo que não eram sacerdotes são afastados de algumas atividades como pregação ou de assumirem funções como a guardiana de conventos ou o cargo de ministro provincial.

³ Na Idade Média, clérigo não significava apenas os ministros ordenados, isto é, padres, bispos ou monges, mas também aquele que era capaz de ler, compreender e escrever em latim, língua em que se encontrava disponível a Bíblia e os textos teológicos. Cf. VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: Edusc, 1999, p. 27.

almejada pela Instituição Eclesiástica.⁴ Logo, a partir de Inocêncio III, as ordens mendicantes⁵ foram incorporadas às estruturas da mesma Igreja. Este fator levou a expressivas mudanças na ação pastoral e nas atividades desenvolvidas pelos minoritas, pois os religiosos passaram a se dedicar a uma pregação erudita com o intuito de confrontar a dissidência herética, o que demandava preparação teológica.

No decorrer do século XIII, as ordens mendicantes tornaram-se aliadas do papado e de sua política de centralização tanto da Igreja como do Ocidente. Os frades menores, juntamente com os dominicanos pregavam em grandes centros urbanos com o intuito não apenas de transmitir as diretrizes da Igreja no tocante a observância dos sacramentos, mas sobretudo para refutar as manifestações religiosas consideradas heréticas. Vale lembrar que a prédica mendicante nestes centros urbanos antecedeu a própria inquisição pontifícia, forma ainda mais radical com a qual a Igreja reprimiu os movimentos heterodoxos se utilizando também da atuação de frades franciscanos e principalmente dominicanos em tribunais que julgavam a dissidência religiosa.

As ordens mendicantes representaram uma institucionalização no seio da Instituição Eclesiástica da prática de pregação simples, que já era realizada para as populações citadinas pelos movimentos de Vida Apostólica.⁶ A atividade dos frades, revestida de um caráter itinerante e o discurso simples, agora feito pela Igreja Romana por meio destas ordens, entrava em disputa com os movimentos que eram vistos como heréticos, criando uma nova forma de comunicação por parte da alta

⁴ Já no Terceiro Concílio do Latrão, o papado estabelece medidas coercitivas contra os movimentos considerados heréticos como a ordem aos bispos para que investigassem os suspeitos de heresia, pedido aos príncipes que confiscassem seus bens, recebendo como recompensa a indulgência da Cruzadas. Inocêncio III dá início a ofensiva geral ao definir a heresia como crime de lesa majestade, além de lançar uma cruzada no Midi. ZARNER, Monique. "Heresia". *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**. 2V, v. 1, São Paulo: Editora UNESP, 2017, p.561-582.

⁵ De acordo com Auguste Thompson, o termo 'mendicante' só passou a ser atribuído a estas ordens por volta do século XVI, durante o século XIII, tanto dominicanos quanto franciscanos eram chamados de "frater" (irmão). (Cf. THOMPSON, Auguste. *The origins of religious mendicancy in the medieval europeu*. *In*: PRUDLO, Donald S. **The Origin, Development, and Refinement of Medieval Religious Mendicancies**. Boston: BRILL, 2011.p. 3-30).

⁶ Entre finais do século XII e inícios do século XIII é possível observar expressivas mudanças de ordem cultural no Ocidente. Algumas delas ocorreram nas formas de vida religiosa que até então existiam: a hegemonia do monacato e da vida canônica começam a ceder lugar a novas comunidades inspiradas no fenômeno denominado de Vida Apostólica. (VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental**. Lisboa: Estampa, 1995, p. 82-83)

hierarquia eclesiástica dentro da realidade urbana, que até então era, de certa forma, negligenciada por esta instituição.⁷

Investindo nas audiências em vernáculo, os frades procuraram estar presentes em vários momentos da vida social urbana. O ato de fazer exortações ao povo não ficou restrito somente ao âmbito da missa ou mesmo ao espaço físico das igrejas. Além de pregarem nos domingos, dias santos e festas do calendário litúrgico, os religiosos falavam aos fiéis em outros momentos, como casamentos e funerais, tornando suas falas verdadeiros eventos públicos.

Visto que a Cúria Romana exigia estudos para pregar, no caso específico dos franciscanos, como já sinalizado, eram poucos os religiosos com formação teológica em inícios do século XIII. A prédica dos menores, diferente da dos frades pregadores, não tinha por objetivo principal o combate à heresia. Na Regra se diz que os religiosos deveriam pregar a penitência. Esta modalidade consistia em fazer exortações simples, que propiciassem o cultivo de virtudes e uma vida de oração, com uma mensagem essencialmente de paz evangélica.⁸

Foi nas primeiras experiências missionárias fora do território da Península Itálica que o próprio Francisco teria reconhecido a necessidade de ao menos um estudo elementar em Teologia em vista da pregação.⁹ Por isso, o assisense solicita ao confrade Antônio, um dos poucos letrados e teólogos da Ordem naqueles tempos, que ensinasse Teologia aos irmãos.¹⁰

⁷ DELCORNO, Carlo. Predicazione volgare e volgarizzamenti. **Mélanges de l'Ecole française de Rome. Moyen-Age**, Roma, t. 89, n.2. p. 679-689, 1977. 679.

⁸ IRIARTE, Lázaro. **História Franciscana**. Petrópolis: Vozes, 1985. p.165.

⁹ Um dos casos que reflete o despreparo dos religiosos para a pregação além da Península Itálica é narrado na Crônica de Frei Jordão de Jano. Segundo o texto, foram enviados cerca de sessenta frades para terras germânicas. Eles não conheciam o idioma local e quando interrogados se desejavam hospedagem e alimentação respondiam "já". Ao verem que com esta expressão eram bem tratados, passaram a usá-la em qualquer situação e assim o fizeram quando perguntaram se eram hereges vindos da Lombardia. Desta forma os religiosos foram presos, outros linchados e acabaram retornando para a Itália. (JORDÃO DE JANO. Crônica. In: TEIXEIRA, Celso Márcio (coord.). **Fontes franciscanas e clarianas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 1263-1294. p. 1265.

¹⁰ Eu, Frei Francisco, [desejo] saúde a Frei Antônio, meu bispo. Apraz-me que ensine a sagrada Teologia aos irmãos, contanto que, nesse estudo, não extingas o espírito de oração e devoção, como está contido da Regra. (FRANCISCO DE ASSIS. Carta a Santo Antônio. In: TEIXEIRA, Celso Márcio (coord.). **Fontes franciscanas e clarianas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.107).

Robert Roest salienta que os minoritas na primeira metade do século XIII não haviam previsto ou mesmo demonstrado preocupação em organizar a atividade intelectual dentro da comunidade, pois este elemento não era visto como prioridade, como no caso dos dominicanos, que desde o início se dedicaram ao estudo universitário.

Porém, no decorrer do século XIII os frades menores acabaram, de certa forma, adaptando o modelo dominicano de organização estudantil. O que diferenciava as duas ordens é que enquanto os pregadores se dedicavam a atividade intelectual em vista do combate a heresia, os Menores, por sua vez, entendiam este aspecto como um ofício dentre os demais desenvolvidos nas fraternidades como a mendicância ou o trabalho manual.¹¹ O incentivo à educação dos frades também provinha dos setores eclesiásticos. Prelados como William de Auvergne, arcebispo de Paris que naquele momento demonstrava apoio aos minoritas, aconselhavam aos frades que se dedicassem ao estudo teológico para que estivessem em condição de refutar outros grupos religiosos "imersos na escuridão".¹²

Segundo Neslihan Senocak, no capítulo de 1217, Gregório de Nápoles é nomeado ministro provincial da Lombardia. É dele a iniciativa de iniciar os estudos na Ordem. Durante o seu generalato é fundada a primeira casa dedicada a educação dos frades em Bolonha. A cidade era sede da segunda maior universidade do Ocidente, local onde se ensinava, principalmente direito e os franciscanos haviam se estabelecido nela em 1211.¹³ Esta fraternidade, entretanto se tratava de um centro de estudos gerais, local em que não se oferecia um ensino aos moldes universitários, mas uma instituição onde se lecionava noções elementares de Teologia e doutrina da Igreja.¹⁴

Passaram-se os anos e os franciscanos cada vez mais se dedicavam a atividade intelectual, sobretudo após a morte do fundador. Teodosio Lombardi salienta que,

¹¹ ROEST, Bert. **A history of franciscan education**. (c. 1210-1517). Boston: BRILL, 2000.p.5

¹² ROBSON, Michael. **The franciscan in the Middle Ages**. New York: The Boydell Press, 2006. p. 58-59

¹³ SENOCÁK, Nelihan. **The Poor and the Perfect: the rise of learning in the Franciscan Order, 1209-1310**. New York: Cornell University Press, 2012. p.25.

¹⁴ BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da filosofia cristã**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 414.

dentro da Ordem, havia a necessidade cada vez maior de distinguir os religiosos dos grupos ditos heréticos, uma vez que em sua inspiração inicial, o movimento ao defender a renúncia de bens e a pobreza radical, se aproximava de comunidades classificadas naquele contexto de heterodoxas.¹⁵ Logo, era necessário que os minoritas fossem instruídos na doutrina da Igreja Romana. Por isso, inicialmente são instituídos os estudos em nível provincial em conventos direcionados à formação dos noviços, sendo a primeira destas casas, como já mencionado, criada em Bolonha¹⁶ entre 1220 e 1223, onde Antônio teria lecionado Teologia.¹⁷

Robert Roest informa a ordem cronológica em que as casas de estudo dos frades foram sendo fundadas pelos centros urbanos da Europa. Depois de Bolonha entre 1220 e 1223, é fundada a casa de Paris por volta de 1224. Em seguida Tolouse entre 1225 e 1227, Oxford por volta de 1229, Magdeburg em 1228, Colônia em 1230, Cambridge após 1240 e Nápoles em finais de 1240.¹⁸ Cabe destacar que as primeiras casas foram fundadas quando Francisco ainda era vivo, porém, o santo renunciou ao cargo de ministro geral em 1221 o que se conclui, portanto os esforços da Ordem em estabelecer centros de estudo para a educação dos frades logo no início do século XIII.

Em um primeiro momento, havia uma grande dificuldade entre os ministros no que diz respeito a promoção do estudo nas províncias, pois era necessário formar

¹⁵ Em finais do século XII, na diocese de Lyon no Sul do Reino da França, um grupo de pregadores itinerantes fundado pelo mercador Pedro Valdo também viviam em pobreza e austeridade e se dedicavam a proferir exortações em vernáculo. Inicialmente o faziam com a autorização episcopal, todavia, acabaram tomando o caminho da dissidência quando o clero diocesano passou a condenar suas práticas sendo então classificados como hereges pelo papado. Ver: RUBELLIN, Michel. No tempo em que Valdo não era herege: hipóteses sobre o papel de Valdo em Lyon. *In*: ZERNER, Monique (org). **Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição**. São Paulo: Editora Unicamp, 2009. p. 201-228.

¹⁶ *Idem.*, p. 6. Segundo Roest, os frades menores chegaram em Bolonha no início de 1211, onde estabeleceram uma fraternidade no centro urbano. A história dos estudos na cidade começa por volta de 1219 e 1220 quando Pietro Giovanni Stochia, então ministro provincial amplia uma casa para estudos na área de Teologia e direito. Em 1236 os frades se mudam para o convento de S. Francesco. A escola se expande e forma futuramente mestres como Haymo de Favershan, Thomaso de Pavia e Giovanni Buralli de Parma. A escola de Teologia também se abre ao clero secular e em 1249.

¹⁷ LOMBARDI, Teodosio. Sant' Antonio di Padova maestro di teologia a Bologna. Il problemi degli studi agli inizi dell'ordine francescano. *In*: POPI, Antonio (org). **Le fonti e la teologia dei sermoni antoniani**. ATTI DEL CONGRESSO INTERNAZIONALE DI STUDIO SUI SERMONES DI S. ANTONIO DI PADOVA. Padova, 1981. *Atti...* Padova: Edizioni Messagero, 1981. p. 797-819. p. 803.

¹⁸ ROEST, Robert 2014. Op cit. p. 26.

homens letrados para lecionar aos noviços. Por isso, por volta de 1235, Ângelo de Pisa, ministro da Inglaterra teria solicitado a Robert Grosseteste, clérigo secular e reitor da Universidade Oxford e futuro bispo Lincoln que lecionasse Teologia aos frades no convento da cidade em que se encontrava a universidade.¹⁹

Das casas dedicadas ao estudo, todavia a que teve maior destaque foi sem dúvida Paris. Os minoritas chegaram na cidade em setembro de 1219 em uma missão liderada por Frei Pacífico com alguns confrades o que redundou no estabelecendo de uma fraternidade na cidade. Robert Roest elucida que já em 1224 os frades começam a equipar o convento de Vauvert na França com livros e mestres voltados para a formação teológica dos noviços. Em 1230 os franciscanos recebem a permissão episcopal para iniciar um programa de estudos teológicos intramuros na Abadia de Saint German, além de receberem doações do Rei Luis IX, fundando o convento de Cordeliers, casa em que se dirigiam religiosos da região que desejavam obter formação teológica. Estas duas casas estavam localizadas em Paris.²⁰

A inserção dos franciscanos nesta cidade leva a um considerável aumento de vocações. Entretanto, neste contexto, os candidatos já estavam inseridos em um ambiente de considerável atividade intelectual, pois na sua maioria vinham da universidade local, na época, uma das, ou se não, a maior da Europa.²¹

Como a Regra não previa nenhum tipo de normativa quanto à dedicação dos frades a respeito, não havia concordância entre os religiosos.²² Além disso, os estatutos provinciais variavam no tocante a inserção dos irmãos no meio acadêmico.

Todavia, a fundação de um convento e de uma casa voltada para a formação teológica em Paris propicia que os franciscanos tenham cada vez mais influência no

¹⁹ SENOCAK, Nelihan. Op cit. p. 51

²⁰ Na documentação em latim usada nesta pesquisa encontrei o termo "magister" ou "lectores" para designar aqueles que tinham a função de lecionar o que leva a crer que provavelmente, a palavra "professor" não se aplica ao contexto do século XIII. (Ver: CORREIA, Alexandre. A universidade medieval. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. v. 45, 292-329, 1950, p. 293-294)

²¹ ROEST, Robert. Op cit., p. 12

²² Além da Carta a Santo Antônio, outro documento que demonstra o fato de que Francisco não tinha aversão ao estudo é o seu Testamento em que o mesmo exalta os teólogos: "*E a todos os teólogos e aos que nos ministram as santíssimas palavras divinas, devemos reverenciar e venerar, como a quem nos comunica espírito e vida*". FRANCISCO DE ASSIS. Testamento. In: TEIXEIRA, Celso Márcio (coord). **Fontes franciscanas e clarianas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.189)

âmbito da universidade. Visto que muitos dos noviços já eram universitários, logo a Ordem teria seus mestres teólogos e juntamente com os dominicanos, cátedras na instituição de ensino em questão. Os primeiros mestres são o britânico Alexandre de Hales, fundador da escola franciscana de Teologia, além de João de la Rochelle, que assume a cátedra posteriormente.²³

A presença dos minoritas na Universidade de Paris gera tensões, como a famosa querela entre seculares e mendicantes em que o mestre secular Guilherme de Saint-Amour fez ataques aos dominicanos e franciscanos. As queixas dirigidas aos mendicantes eram, sobretudo, de ordem corporativa, pois no contexto do século XIII, a universidade de Paris nada mais era que uma corporação formada por mestres e os estudantes.²⁴ Os mendicantes eram acusados de violar os estatutos, porque depois de se graduarem em Teologia, obtinham licença para lecionar sem cursar Artes, o que era uma norma da instituição.²⁵

Além disso, o papa lhes havia cedido a possibilidade de obter a licença para ensinar Teologia fora da universidade, por meio do chanceler de Notre-Dame, ocupando duas cátedras, quando os estatutos lhes permitiam apenas uma. Outra crítica residia no fato de que os mestres mendicantes rompiam com a solidariedade universitária, pois davam continuidade aos seus cursos no momento em que a instituição entrava em greve, mesmo sendo este um direito concedido pelo papado. Como os mendicantes não recebiam dinheiro para lecionar e viviam de doações, os seculares os acusavam de estar alheios às reivindicações dos universitários. Também eram acusados de monopolizar os estudantes, desviando-os para a vida religiosa.²⁶

Uma vez que a Universidade Medieval, sobretudo no caso de Paris estava ligada a Instituição Eclesiástica, o papado sempre fomentou a presença dos

²³ DESBONNETS, Théophile. **Da intuição a instituição**. Petrópolis: Vozes, 1987.p. 127.

²⁴ Embora os moldes da universidade parisiense tenham sido usados de forma recorrente para homogeneizar estas instituições no ocidente medieval como um todo, cabe destacar que a organização das universidades no contexto do século XIII não seguia este modelo necessariamente. Em Oxford, por exemplo, a universidade surgiu por iniciativa do poder monárquico e permaneceu vinculada a aristocracia feudal que buscava a manutenção de privilégios. Por outro lado, na Península Ibérica, as universidades em sua maioria eram subordinadas ao poder régio. (Ver. CORREIA, Alexandre. Op cit., p. 26-38).

²⁵ LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olimpo, 2010.p. 130.

²⁶ Idem., p. 130

mendicantes neste meio. Primeiramente para perpetuar o controle destas instituições de ensino e também, para garantir o refinamento e a eficácia da pregação dos frades que naquele contexto, como já dito, tornaram-se aliados do projeto centralizador pontifício. Por isso, nas rixas com os seculares, o papa Gregório IX, por exemplo, colocava-se ao lado dos minoritas e pregadores.

A historiografia concorda que o primeiro esforço por parte do governo da Ordem em organizar a atividade intelectual se deu durante o generalato de Boaventura de Bagnorégio com as Constituições de Narbona em 1261. Mas, em quais as circunstâncias este documento foi produzido? Qual a natureza deste texto?

Primeiramente cabe tratar da figura de Boaventura. O frade que tinha o nome de João Fidanza nasceu em Bagnoregio, próximo a Viterbo por volta de 1221. Iniciou seus estudos acadêmicos ainda jovem, obtendo o título de Mestre em artes já em 1242. No ano seguinte, ingressou na Ordem, momento em que também começou a cursar Teologia sob a orientação de Alexandre de Hales, João de la Rochelle, João de Parma, Odo Rigaud e Guilherme de Middletown. Logo, obteve o grau de bacharel bíblico em 1248, depois em bacharel sentenciário em 1250 e em 1253, obteve o título de Mestre em Teologia.²⁷

Boaventura foi conhecido pelas diversas reformas promovidas no movimento franciscano, como a elaboração da Legenda Maior de São Francisco e a sua transformação em versão oficial da vida do fundador. Seu generalato é caracterizado pelo esforço de organizar a vida franciscana e conciliar as querelas que existiam entre os frades em relação à observância de normativas até então elaboradas e da própria vivência da Regra franciscana.²⁸

As Constituições de Narbona seriam uma compilação das diversas ordenações até então promulgadas na Ordem desde a aprovação da Regra em 1223, mas que,

²⁷ BORHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. Op cit. p. 422.

²⁸ Ver: ODOARDI, Giovanni. L'evoluzione istituzionale dell'ordine. In: POMPEI, A. (org). **San Bonaventura maestro di vita francescana e di sapienza cristiana**. In: ATTI DEL CONGRESSO INTERNAZIONALE PER IL VII CENTENARIO DI SAN BONAVENTURA DA BAGNOREGIO. Roma: 1974. *Atti...* Roma: Pontificia Facolta Teologica San Bonaventura, 1976. p. 137-210

segundo Desbonnets, eram ignoradas por muitos ministros provinciais.²⁹ A Regra apresentava apenas princípios gerais sobre a vida dos minoritas. A medida, porém, em que o movimento crescia, os seus integrantes assumiam outras atividades e funções que não eram previstas nos primeiros anos após a sua fundação, o que acabou gerando dúvidas quanto à observância de vários pontos do documento inicial. Por isso, os capítulos discutiam tais pontos e acabaram publicando glosas à Regra que tinham o objetivo não apenas de interpretá-la, mas também de complementar o que não estava previsto. Um destes pontos eram os estudos conventual e universitário, que na primeira metade do século XIII não faziam parte da realidade dos irmãos.

Quando assumiu o cargo de ministro, Boaventura teria reunido estes vários estatutos, a fim de unificar toda a legislação até então produzida, concluindo o trabalho em 1260. A normativa foi apresentada no capítulo geral realizado em Narbona, sendo aprovada pelos definidores e ministros provinciais em 1261. Todavia, é questionado se este documento se trata de uma mera compilação, pois, provavelmente, Boaventura teria adicionado outras questões e demandas presentes na fraternidade naquele tempo, como é o caso da própria atividade intelectual na qual ele mesmo estava inserido. Vale destacar que, logo depois de sua eleição, recebeu a licença para lecionar Teologia em Paris, assumindo a cátedra em seguida.³⁰

O texto trata de diversos aspectos da vida religiosa franciscana como a observância da pobreza, da obediência, etc... No que se refere a formação dos noviços, na *Rúbrica I, sobre o ingresso na Ordem*, o documento trata dos critérios dos candidatos a serem recebidos na fraternidade:

3. E já que Deus não nos chamou somente para a nossa salvação, mas também para a edificação dos outros através de exemplos, conselhos e salutarex exortações, ordenamos que ninguém seja recebido à nossa Ordem se não for um clérigo competentemente instruído na gramática ou na lógica, ou se não for um clérigo ou um leigo cujo ingresso seja uma edificação muito importante e insigne para o povo e para o clero.⁴ Mas se, contrariamente a essa forma, for necessário

²⁹ DESBONNETS, Théophile. Op cit., p. 137.

³⁰ Idem., p. 137.

receber alguém por causa do exercício de trabalhos domésticos, não seja recebido sem urgente necessidade, e isso com licença especial do Ministro geral.³¹

Na Regra Bulada os critérios estabelecidos para a recepção de candidatos são a observância da fé católica e dos sacramentos, além de não serem casados.³² Não havia no texto normativo da primeira metade do século XIII nenhuma recomendação no que tange a atividade intelectual e o cultivo da erudição. Nas Constituições aprovadas em 1261 é possível observar uma mudança expressiva em relação a isso: primeiramente, de acordo com o documento, Deus chamou os frades para a edificação dos outros por meio de exemplos, conselhos e exortações, ou seja, estavam a serviço da Igreja. Ou seja, segundo o texto, a missão principal dos religiosos é a ação pastoral.

Por isso, na visão de Boaventura e do governo geral, naquelas circunstâncias, um clérigo atenderia a tais demandas de maneira mais satisfatória que um leigo, portanto, os candidatos deveriam ser previamente instruídos em gramática ou lógica, provavelmente para dar continuidade aos estudos acadêmicos.

De acordo com Grado Giovanni Merlo, entre os anos de 1220 e 1223, mesmo período em que se dá a elaboração da regra, há uma reviravolta dentro da fraternidade, pois é o momento em que os franciscanos passaram a assumir tarefas

³¹ A versão para o português foi traduzida por Frei Ary Pintarelli para o estudo interno de noviços e frades estudantes de Filosofia e Teologia da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil e não foi publicado por nenhuma editora no Brasil. O texto foi consultado em pesquisas realizadas no Noviciado Franciscano da mesma província, na cidade de Rodeio em Santa Catarina. O texto foi traduzido da versão em latim: CONSTITUTIONES GENERALES ORDINIS FRATRUM MINORUM EDITAE ET CONFIRMATAE IN CAPITULO GENERALI APUD NARBONAM. In: BIHL, Michael (ed). **Archivum Franciscanum Historicum**, Ano 34. Roma: Collegium S. Bonaventure, 1941, p. 13-94; 284-358. Doravante "Narbona" Cap. I, 3-4:3. *Et quia non solum propter nostram salutem vocavit nos Deus, verum etiam propter aliorum aedificationem per exempla, consilia et salubria hortamenta, ordinamus quod nullus recipiatur in Ordine nostro, nisi sit talis clericus qui sit competenter instructus in grammatica vel logica, aut nisi sit talis clericus vel laicus, de cuius ingressu esset valde celebris et famosa aedificatio in populo et in clero.*4. *Si quem vero praeter hanc formam recipi oporteat propter familiaria officia exercenda, non recipiatur absque urgente necessitate, et hoc de Ministri generalis licentia speciali.*

³² Regra Bulada: E os Ministros diligentemente os examinem acerca da Fé Católica e dos Sacramentos da Igreja. 3 E, se eles crerem todas estas coisas e as quiserem professar com fidelidade e observar com firmeza até ao fim, 4 e se não são casados – ou, se o são, suas mulheres já entraram nalgum mosteiro ou lhes deram licença com autorização do Bispo diocesano. FRANCISCO DE ASSIS. Regra Bulada da Ordem dos Frades Menores Cap. II, 2-4. Doravante RB. O texto utilizado é da edição portuguesa da Editorial Franciscana. (MOTA, Armando. **Escritos de São Francisco**. Editorial Franciscana: Braga, 1996.p. 146-150).

pastorais tipicamente clericais. A inserção dos franciscanos nestas atividades ordenadas pelo papado deve-se ao ingresso crescente de sacerdotes e clérigos, que passariam a desempenhá-las.³³

A dedicação dos irmãos menores à atividade intelectual se dará em virtude da sua atuação cada vez maior em missões de interesse pontifício, como o combate a heresia, as cruzadas e também o domínio político do espaço urbano no Centro e Norte da Itália. Por isso, a formação teológica não será apenas uma iniciativa interna, mas uma exigência da própria Igreja Romana, o que Regra inicial não previa. Logo, as Constituições passam a valorizar os candidatos com prévio letramento para que posteriormente possam dedicar-se a Teologia e assim cumprir as demandas que a Igreja exigia.

Por outro lado, segundo o documento, os iletrados só deveriam ser recebidos em caso de urgente necessidade e suas funções dentro da instituição se restringiriam a trabalhos domésticos. Observamos neste fragmento uma hierarquização dentro do movimento, já que como aponta André Vauchez, a Igreja Romana não concebia o projeto inicial de Francisco de uma ordem religiosa em que clérigos e leigos estivessem em pé de igualdade.³⁴

O trecho do documento em que se fala de estudo de forma mais direta tem como título "*As ocupações dos frades. Rubrica VI*". No parágrafo 1 se diz:

1. Dizendo a Regra que "os irmãos, aos quais o Senhor deu a graça de trabalhar, trabalhem fiel e devotamente", ordenamos que os irmãos, tanto clérigos como leigos, sejam forçados por seus Superiores a exercer a escrita, o estudo e outros trabalhos que possam desempenhar.³⁵

³³ MERLO, Grado Giovanni. **Em nome de São Francisco**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 81.

³⁴ VAUCHEZ, André., Op cit. p.144.

³⁵ Narbona Cap. VI, 1. Segue o trecho em latim: *Cum Regula dicat, quod "fratres quibus dedit Dominus gratiam laborandi, laborent fideliter et devote", ordinamus quod fratres tam clerici quam laici compellantur per suos superiores in scribendo, studendo et aliis laboribus sibi competentibus exerceri.*

De acordo com o quinto capítulo da Regra Bulada, recomenda-se que todos devem *trabalhar fiel e devotamente a fim de afastar o ócio que seria o inimigo da alma*,³⁶ além disso, é enfatizado que não se deve receber dinheiro, mas sim coisas necessárias ao corpo e à fraternidade. No documento de 1223, contudo, não são citados os tipos de trabalho que deveriam ser desempenhados pelos integrantes da fraternidade. Os frades menores, nos primeiros anos, se dedicavam sobretudo a trabalhos manuais.

O fato é que, em 1260, o estudo passa a ser considerado como uma forma de trabalho. Pietro Maranesi destaca que o trabalho se constituiu como um elemento identitário dentro da Ordem. Tanto na Regra Bulada quanto na não Bulada há a recomendação para um trabalho "conventualizado", quase monástico. Entretanto, a pregação também era entendida como um ofício, uma vez que inicialmente, tanto clérigos quanto leigos, tinham a autorização de pregar.

Todavia, com a entrada de sacerdotes, começa a haver uma tensão entre trabalho manual e atividade apostólica, uma vez que os clérigos entendiam que seu único ofício dentro da fraternidade era se dedicar às atividades próprias de seu ministério, como a confissão, a pregação e outras ações pastorais. Além disso, no momento em que Boaventura ingressa na fraternidade, os franciscanos já se dedicavam a atividade intelectual.³⁷

Segundo Maranesi, Boaventura em seus escritos defendia que a atividade pastoral se constituía como uma forma de trabalho que exige uma prévia preparação intelectual. Na visão do ministro geral, o estudo, a pregação e a atividade pastoral são mais importantes para a Ordem que o trabalho manual, pois as primeiras são as formas com as quais os minoritas servem à Igreja.³⁸

No documento, entretanto, é dito que os superiores, mais do que incentivar, deveriam, como sugere o termo em latim "*compellantur*", impelir que os frades, tanto

³⁶ RB Cap V, 1-2.

³⁷ MARANESI, Pietro. Labor sapientiae melior est corporeo labore: la visione di Bonaventura del lavoro manuale, in: "La grazia di lavorare". Lavoro, vita consacrata, francescanesimo. **Teologia spirituale**, n. 37, EDB, Bologna, p. 455-510, 2015.p.500.

³⁸ Idem., p. 500.

clérigos quanto leigos, estudassem e escrevessem. O termo mais do que impelir, sugere muito mais obrigação na dedicação aos estudos. Ou seja, ser frade menor doravante passava pelo cultivo do intelecto em vista da ação pastoral. O trecho se conecta ao anterior, que restringe o ingresso de iletrados no movimento que, na nova configuração da Ordem, acabavam sendo “inúteis”, pois não se enquadravam neste novo modelo de religioso, sem dúvida distante da experiência inicial do próprio fundador.

O trecho também dá a entender que os religiosos passaram também a fazer cópias de livros e outros textos em conventos com o intuito de auxiliar os estudantes. O documento segue no parágrafo 12 fazendo recomendações àqueles que estudam em Paris:

12. E os que devem ser enviados a Paris para estudar, primeiramente exercitem-se por três ou dois anos depois do noviciado em algum estudantado de sua província, ou na província vizinha, a não ser que sejam tão letrados que possam ser enviados logo após o noviciado. Contudo, não sejam enviados senão por autoridade do Ministro, com o conselho e o consentimento do Capítulo provincial.³⁹

Neste fragmento das Constituições se recomenda que antes de serem enviados aos estudos gerais em Paris, os noviços passem primeiro por alguma casa aos moldes de Bolonha por pelo menos dois anos. Entretanto, o mesmo documento abre um precedente ao dizer que aqueles que já fossem letrados o suficiente, deveriam ser enviados logo após o tempo de noviciado. O que se constata neste trecho é a variedade de candidatos que entravam na Ordem em relação ao grau de instrução. Todavia, o texto dá a entender que todos os letrados deveriam dedicar-se em maior ou menor medida ao cultivo intelectual.

A normativa, porém, continua dizendo que nenhum religioso deveria ser enviado para Paris sem o consentimento do Ministro ou do Capítulo Provincial, o que

³⁹ Narbona Cap.VI, 12. Segue o trecho em latim: *Item mittendi Parisius ad studendum, primo exerceantur tribus vel duobus annis post novitiatum in aliquo Studio suae provinciae vel vicinae, nisi adeo fuerint litterati, quod post novitiatum continuo possint mitti. Non mittantur tamen nisi de auctoritate Ministri, cum consilio et assensu capituli provincialis.*

leva a concluir que a dedicação à atividade intelectual, ao menos em tese, não deveria ser por iniciativa do frade, mas por uma necessidade da Ordem.

No parágrafo 13 se diz: "*Os enviados estudem ao menos por quatro anos, a não ser que sejam tão idosos que, com razão, sejam considerados idôneos para exercer o cargo de professor*".⁴⁰ Neste fragmento percebe-se uma certa flexibilização em relação ao tempo de preparação e à concessão da licença para lecionar. De acordo com as Constituições, os frades deveriam estudar por pelo menos quatro anos. Se já estiverem em idade avançada, o tempo poderia ser abreviado se o religioso demonstrasse aptidão e preparação suficiente para ser professor. Provavelmente, estes irmãos não assumiam cátedras na universidade, mas sim, exerciam o magistério em conventos destinados aos estudos provinciais.

Este é um dos elementos que levou à querela com os seculares, pois como já foi mencionado, os mendicantes lecionavam Teologia em conventos fora da universidade e obtinham licença para o ofício das autoridades eclesiásticas antes de concluir a formação no tempo previsto pela instituição de ensino. Os parágrafos 19 e 20 tratam das necessidades dos estudantes:

19. Porém, qualquer Província pode ter dois estudantes em Paris sem provisão alguma; aos quais se providenciem os livros segundo o arbítrio do Capítulo e do Ministro provincial.²⁰ Ao regressar, os estudantes sejam obrigados a prestar conta de toda a provisão. E evitem que as esmolas a eles enviadas para os livros sejam empregadas em outros usos, nem mandem copiar livros extravagantes.⁴¹

De acordo com as Constituições, as províncias enviavam dois estudantes para estudar em Paris sem nenhum tipo de provisão, observando assim o princípio da pobreza mendicante. Todavia, o texto atenta para a necessidade dos livros. A Regra não fala sobre a aquisição de livros escolares, apenas menciona que os clérigos

⁴⁰ Narbona Cap. VI,13. Segue o trecho em latim: *Taliter autem missi studeant quattuor annis ad minus, nisi adeo fuerint provecti, quod merito iudicentur idonei ad lectoris officium exsequendum.*

⁴¹ Narbona Cap. VI, 19-20. Segue o trecho em latim: *Possit autem quaelibet provincia habere duos studentes Parisius sine aliqua provisione; quibus provideatur in libris secundum arbitrium provincialis capituli et Ministri. Teneantur studentes in suo reditu de tota provisione reddere rationem. Et caveant, ne eleemosynas sibi missas pro libris, in alios usus commutent, nec libros fieri faciant curiosos.*

podem ter o breviário para as orações.⁴² No decorrer do século XIII os religiosos passaram a usar livros para seus estudos, o que não era condenado pela Regra. Todavia, em tese, os livros não pertenciam aos estudantes, mas sim à fraternidade. Eles deveriam usá-los durante o seu período de formação acadêmica e prestar conta às suas províncias dos gastos utilizados com o material.⁴³

De acordo com o documento, as esmolas enviadas só poderiam ser utilizadas com a aquisição de livros e estes não deveriam ser, segundo a normativa, extravagantes. Jacques Verger salienta que no século XIII o acesso ao livro era algo difícil, sendo o principal obstáculo de ordem econômica. Segundo o autor, os livros custavam caro, primeiramente pelo material utilizado, uma vez que o pergaminho era oneroso.⁴⁴

Somado a isso, o que de fato encarecia os livros era o seu processo de reprodução, pois os copistas faziam um trabalho extremamente lento, já que, por dia, copiavam em média de duas a três folhas. Nas cidades universitárias, onde a demanda era maior, o valor era reduzido, porém a qualidade era inferior, pois na maioria das vezes eram menores tanto no formato quanto no tamanho das letras. Provavelmente, era este tipo de livro que o documento recomendava para o uso dos estudantes.⁴⁵

É importante lembrar também que no contexto da Idade Média, o letramento e muito mais o acesso à universidade era algo oneroso, restrito a uma minoria, a uma elite intelectual. Assim, embora os frades recebessem esmolas e doações nas províncias, os gastos com a formação teológica dos minoritas era algo que provavelmente custava caro às finanças da Ordem, logo, adquirir livros luxuosos implicava não só no aumento de gastos, mas também ia contra ao princípio do minoritismo que deveria ser observado.

⁴² Os clérigos rezem o Ofício divino segundo a ordem da santa Igreja Romana, à exceção do saltério, pelo que podem ter breviários. RB Cap. III, 1-2.

⁴³ O documento trata de forma mais minuciosa sobre o uso e aquisição de livros em parágrafos posteriores, contudo, este não serão explorados neste trabalho.

⁴⁴ VERGER, Jacques. Op cit., p. 112.

⁴⁵ Idem., p.

No vigésimo segundo parágrafo, por fim, há uma recomendação quanto às ideias desenvolvidas pelos estudantes ao longo de seus estudos teológicos:

22. Nenhum irmão ouse defender ou aprovar conscientemente uma opinião que é comumente reprovada por nossos mestres, nem ouse defender a especial opinião suspeita ou caluniosa de alguém, sobretudo contra a fé e a moral. E se alguém fizer o contrário, a não ser que se arrependa após ser admoestado pelo Ministro, seja suspenso de todo o cargo de doutrina.⁴⁶

Neste trecho se constata a preocupação das autoridades da Ordem em relação à observância da ortodoxia dos frades, porque se diz que nenhum religioso deveria defender de forma consciente uma opinião que ia contra a fé católica que fora reprovada pelos mestres. Neste sentido, o documento reforça a autoridade dos teólogos enquanto detentores do conhecimento sobre a fé cristã católica. Além disso, quem não se arrependesse de suas posições, deveria ser afastado de “todo o cargo de doutrina”, ou seja, afastado de sua atividade acadêmica.

Cabe situar a recomendação da normativa no contexto em que Boaventura assume como ministro. Em meados do século XIII surgiu na fraternidade um movimento denominado de “Espirituais Franciscanos”. De acordo com Nachman Falbel, este grupo procurava manter a fidelidade ao ideal de Francisco face ao processo de expansão e institucionalização da ordem. Defendiam a observância integral da Regra e da pobreza e se opuseram às intervenções pontifícias que propunham interpretações em relação aos escritos de Francisco.⁴⁷

O grupo, contudo, absorveu as ideias do frade Geraldo de Borgo de San Donnino em seu livro *Introdução ao Evangelho Eterno*, que promovia uma interpretação das ideias de cunho apocalíptico do abade cisterciense Joaquim de Fiore. O livro se perdeu, pois foi condenado pela Igreja Romana em 1255. A classificação de heterodoxia residia no fato do texto afirmar que o estado de vida

⁴⁶ Narbona Cap. VI, 22. Segue o trecho em latim: *Nullus frater audeat aliquam opinionem asserere vel approbare scienter, quae a magistris nostris communiter reprobatur, nec opinionem singularem cuiuscumque, suspectam vel calumniabilem, maxime contra fidem vel mores audeat defensare. Et qui contrafecerit, nisi, admonitus per Ministrum, resipuerit, ad omnis doctrinae officio sit suspensus.*

⁴⁷ FALBEL, Nachman. **Os Espirituais Franciscanos**. São Paulo: Perspectiva, 1995.p. 105

regular estaria acima do secular. Além disso, segundo as interpretações do frade, o clero secular cederia o governo da Igreja aos mendicantes, pondo fim a hierarquia eclesiástica instituída que, na visão de Geraldo, estava corrompida, incluindo a própria autoridade pontifícia.⁴⁸

Os Espirituais acabaram entrando em conflito não só com o governo da Ordem, mas também contra a própria hierarquia eclesiástica, pois acreditavam que seriam aqueles que assumiriam o controle da Igreja, purificando as suas estruturas e contestando até mesmo a autoridade do papa. Por isso, foram classificados como hereges. No período em que Boaventura assume como ministro geral, as autoridades da Ordem são pressionadas pela cúria romana a pôr fim na dissidência dentro do instituto. Logo, muitos acabaram sendo condenados, alguns por meio do cárcere conventual, enquanto outros a própria morte pela inquisição.⁴⁹

Neste sentido, o governo geral demonstra preocupação em combater o joaquimismo entre os franciscanos, não só entre aqueles que se dedicavam a atividade intelectual em Paris, mas também como os que se estavam inseridos nos estudos provinciais.

Passando para as considerações finais, é possível observar que as Constituições de Narbona não se tratam de uma revogação da Regra, mas uma tentativa de adaptação da normativa elaborada na primeira metade do século XIII para as novas realidades que permeavam a Ordem naquele mesmo século.

Não se pode mensurar em que medida estas normativas foram de fato observadas pelos frades. Isso demandaria a análise de outros documentos, como crônicas ou mesmo legendas hagiográficas, que talvez teriam sido influenciadas pela atividade intelectual dos irmãos menores ao longo do século XIII. Porém, se o documento não revoga o texto aprovado em 1223, ele acaba mostrando as omissões e a possibilidade de diversas interpretações, que variavam de acordo com os interesses de cada grupo dentro da fraternidade.

⁴⁸ Ver: CAMACHO, Víctor M. Escatologia e milenarismo na Ordem dos Frades Menores: as interpretações dos Espirituais franciscanos sobre a doutrina de Joaquim de Fiore. **Oráculo**. n. 12, v. 7, p. 76-90, 2011

⁴⁹ MERLO, Grado Giovanni. Op cit., p. 118.

As Constituições de Narbona refletem, entretanto, os anseios de grupos dominantes do movimento que desejavam não só o progresso da atividade intelectual, mas também o estreitamento com a Santa Sé e por consequência a sua influência dentro da Universidade, silenciando outros que entendiam a vida franciscana apenas como a observância da pobreza, austeridade, humildade e pregação penitencial. Cabe ressaltar que a tensão entre minoritismo e erudição foi algo que permeou o grupo no decorrer do século XIII, algo que aparece na própria normativa aprovada em 1261, como é o caso da orientação quanto à aquisição de livros.

O fato é que Francisco não excluía o estudo teológico como parte da forma de vida à qual deu início nos primeiros anos do século XIII. Ele próprio, embora não fizesse parte do clero, não era totalmente iletrado e foi instruído para o comércio. Todavia também não recomendou nenhuma orientação antes de sua morte, deixando o caminho aberto para que seus seguidores criassem estatutos e glosas em relação a este elemento.

A inserção dos frades no meio universitário e sua dedicação a atividade intelectual está estreitamente ligada ao processo de “clericalização” da fraternidade fomentado, sobretudo pela sua incorporação na hierarquia eclesiástica. A começar por Gregório IX, cujo pontificado durou entre 1228 e 1241, o papado necessitava de teólogos e pregadores para promover seu projeto de dominação tanto religiosa quanto política, eliminando a dissidência, garantido coesão doutrinal e controle de cidades, principalmente na Península Itálica. Por isso, é necessário destacar que o desenvolvimento dos estudos não é uma iniciativa apenas do governo geral minorita, mas também do próprio papado ao incentivar a presença mendicante no âmbito das grandes instituições de ensino do Ocidente.

Em uma sociedade na qual o acesso ao letramento, aos livros e mesmo ao estudo acadêmico era restrito a uma elite, para alguns frades, o fato de religiosos que tinham como princípio essencial o minoritismo ascender ao *status* de mestre em cátedras nas universidades da Europa poderia representar uma contradição. Por outro

lado, para outros, dedicar-se com afinco ao estudo estava previsto no princípio da obediência, pois em tese o faziam para cumprir exigências da Igreja da qual haviam jurado fidelidade e que agora contribuíam intensamente para seu processo de centralização.

REFERÊNCIAS:

Fontes:

CONSTITUTIONES GENERALES ORDINIS FRATRUM MINORUM EDITAE ET CONFIRMATAE IN CAPITULO GENERALI APUD NARBONAM. In: BIHL, Michael (ed). **Archivum Franciscanum Historicum**, Ano 34. Roma: Collegium S. Bonaventure, 1941, p. 13-94; 284-358.

FRANCISCO DE ASSIS. Carta a Santo Antônio. *In*: TEIXEIRA, Celso Márcio (coord). **Fontes franciscanas e clarianas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.107

FRANCISCO DE ASSIS. Testamento. *In*: TEIXEIRA, Celso Márcio (coord). **Fontes franciscanas e clarianas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.189

JORDÃO DE JANO. Crônica. *In*: TEIXEIRA, Celso Márcio (coord.). **Fontes franciscanas e clarianas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 1263-1294. p. 1265

MOTA, Armando. **Escritos de São Francisco**. Editorial Franciscana: Braga, 1996.p. 146-150

Bibliografia:

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da filosofia cristã**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CAMACHO, Víctor M. Escatologia e milenarismo na Ordem dos Frades Menores: as interpretações dos Espirituais franciscanos sobre a doutrina de Joaquim de Fiore. **Oráculo**. n. 12, v. 7, p. 76-90, 2011

CORREIA, Alexandre. A universidade medieval. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 45, 292-329, 1950, p. 293-294

DESBONNETS, Théophile. **Da intuição a instituição**. Petrópolis: Vozes, 1987

FALBEL, Nachman. **Os Espirituais Franciscanos**. São Paulo: Perspectiva, 1995

IRIARTE, Lázaro. **História Franciscana**. Petrópolis: Vozes, 1985

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olimpo, 2010

LOMBARDI, Teodosio. Sant' Antonio di Padova maestro di teologia a Bologna. Il problemi degli studi agli inizi dell'ordine francescano. *In*: POPI, Antonio (org). **Le**

fonti e la teologia dei sermoni antoniani. ATTI DEL CONGRESSO INTERNAZIONALE DI STUDIO SUI SERMONES DI S. ANTONIO DI PADOVA. Padova, 1981. *Atti...* Padova: Edizioni Messagero, 1981. p. 797-819. p. 803.

MARANESI, Pietro. Labor sapientiae melior est corporeo labore: la visione di Bonaventura del lavoro manuale, in: "La grazia di lavorare". Lavoro, vita consacrata, francescanesimo. **Teologia spirituale**, n. 37, EDB, Bologna, p. 455-510, 2015.

MERLO, Grado Giovanni. **Em nome de São Francisco.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007

ODOARDI, Giovanni. L'evoluzione istituzionale dell'ordine. In: POMPEI, A. (org). **San Bonaventura maestro di vita francescana e di sapienza cristiana.** In: ATTI DEL CONGRESSO INTERNAZIONALE PER IL VII CENTENARIO DI SAN BONAVENTURA DA BAGNOREGIO. Roma: 1974. *Atti...* Roma: Pontificia Facoltà Teologica San Bonaventura, 1976. p. 137-210

ROBSON, Michael. **The franciscan in the Middle Ages.** New York: The Boydell Press, 2006.

ROEST, Bert. **A history of franciscan education.** (c. 1210-1517). Boston: BRILL, 2000.

RUBELLIN, Michel. No tempo em que Valdo não era herege: hipóteses sobre o papel de Valdo em Lyon. In: ZERNER, Monique (org). **Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição.** São Paulo: Editora Unicamp, 2009. p. 201-228.

SENOCAK, Neslihan. **The Poor and the Perfect: the rise of learning in the Franciscan Order, 1209-1310.** New York: Cornell University Press, 2012.

THOMPSON, Auguste. The origins of religious mendicancy in the medieval europeu. In: PRUDLO, Donald S. **The Origin, Development, and Refinement of Medieval Religious Mendicancies.** Boston: BRILL, 2011.p. 3-30

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental.** Lisboa: Estampa, 1995.

VERGER, J. **Homens e saber na Idade Média.** Bauru: Edusc, 1999.

ZARNER, Monique. "Heresia". In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente Medieval.** 2V, v. 1, São Paulo: Editora UNESP, 2017. p.561-582.